



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(42/PPRC/PR/2015)

**ASSUNTO: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA LUGARES  
PREVISTOS E NÃO PROVIDOS NO MAPA DE PESSOAL DE  
2015**

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor:

” Considerando que:

1 - Nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, na sua atual redação, que adapta à administração local a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, entretanto substituída em parte pela lei 35/2014, de 30 de junho, o recrutamento de trabalhadores é procedido de aprovação do órgão executivo;

2 - Nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 – LOE 2015), as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para as carreiras gerais ou especiais e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

3 - Nos termos do n.º 2 do supracitado artigo 64.º, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a abertura dos procedimentos concursais com vista à contratação de trabalhadores que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;
- b) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

c) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

d) Seja cumprido, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro;

4 - Nos termos do n.º 8 do artigo 64.º da LOE 2015, esta disposição tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Nesta conformidade, proponho que:

a) Ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, na sua atual redação, a câmara municipal aprove a presente proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para o recrutamento excecional de trabalhadores, para preenchimento dos seguintes postos de trabalho previstos no mapa de pessoal

N.º DE POSTOS DE TRABALHO	CARREIRA/CATEGORIA	ATIVIDADE
três (3)	Técnico Superior	Área de Turismo, cultura e museus
um (1)	Assistente Técnico	Área de Turismo, cultura e museus
cinco (5)	Assistente Técnico	Área administrativa
um (1)	Assistente Operacional	Área de Carpinteiro
um (1)	Assistente Operacional	Área de Coveiro
dois (2)	Assistente Operacional	Área de Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais

b) Após a aprovação pela Câmara Municipal, a mesma, ao abrigo do n.º 2 do artigo 64.º da LOE 2015, seja submetida à Assembleia Municipal para que autorize a admissão de candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

c) Nos termos do artigo 48.º da LOE 2015, o recrutamento dos trabalhadores efetua-se pela seguinte ordem:

i. Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

ii. Candidatos aprovados sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de relação jurídica, designadamente a título de incentivos à realização de determinada atividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;

iii. Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores no Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central e no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;

iv. Candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido;

d) Nos termos da lei 35/2014, de 30 de junho, esta autorização de procedimento concursal visa constituir ainda uma reserva de recrutamento, válida por 18 meses.

A presente proposta fundamenta-se e tem por base o seguinte:

a) Os postos de trabalho estão previstos e não ocupados no mapa de pessoal em vigor, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado;

b) O interesse público no preenchimento dos postos de trabalho em apreço, em cumprimento do disposto na LOE 2015, resulta da carência de recursos humanos para garantir os serviços prestados no setor do turismo, da cultura e dos museus, quer sejam na abertura dos inúmeros monumentos e casas visitáveis à responsabilidade do município, quer no acompanhamento às visitas oficiais turísticas e abertura alargada dos postos de contacto turístico, quer na preparação dos trabalhos e desenvolvimento da estratégia de promoção das inúmeras coleções visitáveis e acervos municipais, mormente os relacionados com o complexo museológico da levada, da carência genérica geral de recursos humanos especializados nas áreas administrativas de suporte às atividades do Município, da redução por aposentações realizada nos setores de condução de maquinarias pesadas e veículos especiais e incapacidade detetada do Município conseguir atuar com os recursos disponíveis nas áreas de carpintaria e de coveiros;

c) Relativamente aos encargos com o recrutamento em causa estão os mesmos já previstos no orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, para o ano de 2015.

d) Não será possível o preenchimento dos postos de trabalho, por indicação de candidatos por parte da entidade gestora do sistema de requalificação (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)), nos termos previstos no n.º 1 do artigo 24º da lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, pela informação disponível de

momento, sendo que se no decurso do procedimento o houver serão os menos subtraídos aos lugares agora autorizados;

e) No que diz respeito ao disposto na LOE 2015, verifica-se, face aos anteriores procedimentos, que, na maioria dos casos, não é possível a ocupação de postos de trabalho por aplicação e cumprimento do disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 6.º da LVCR, ou seja, a experiência demonstrou que nem sempre é possível recrutar trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, ou por recursos a pessoal colocado em mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade. Face ao referido, conclui-se estar fundamentado o recurso ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público mediante procedimento único, designadamente, de celeridade, economia processual, aproveitamento de atos, bem como numa lógica da contenção da despesa, considerando também que, a admissibilidade deste procedimento não invalida nem escusa da observância dos requisitos e prioridades legais.

f) No que diz respeito ao previsto na LOE 2015, face ao dever de informação, encontra-se o mesmo cumprido, o qual será sempre objecto de reporte nos termos aí previstos.”

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta apresentada pela Sra. Presidente, nos seus precisos termos, e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, dois votos contra dos senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Beatriz Schulz Nunes e a abstenção do senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.

Os senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: “Em conformidade com os preceitos invocados/enunciados na circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 20.02.2015, relativamente à “Gestão de Pessoal – artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para o ano de 2015)” a proposta de autorização para abertura de procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho no mapa de pessoal, não se encontra devidamente fundamentada (de facto e de direito) nem demonstra concretamente (como legal/exigível) os requisitos absolutamente necessários

para o efeito. Isto além das questões de mérito que nos deixam sérias dúvidas para abertura de procedimentos para determinadas áreas de atividade.

Salientamos que somos favoráveis ao recrutamento de trabalhadores, para fazer face às necessidades da gestão corrente e implementação de políticas ativas de desenvolvimento no Concelho de Tomar.

Contudo, não aceitamos a ligeireza e a forma irrefletida como esta governação PS/CDU gere os procedimentos, violando claramente a Lei, colocando assim em causa todos os visados que possam vir a beneficiar desses mesmos procedimentos, já que os vícios invocados podem levar à nulidade deste processo.

Assim, os vereadores do PSD votam contra, por falta de informação técnica devidamente acompanhada de documentos que sustentem a mesma para abertura dos respetivos procedimentos.”

**Tomar, 25 de maio de 2015**

***Seguimento:***

- Ao GAPVPM para os devidos efeitos

A Presidente da Câmara



Anabela Freitas

A Coordenadora Técnica



Avelina Leal